

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Maria Aldenora dos Santos
Universidade Federal do Acre -UFAC
Lima-mariaasl11@yahoo.com.br

Élida Furtado do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte -UFRN
n_furtado@hotmail.com.br

Resumo:

O ingresso na Universidade para estudantes surdos representa, além de uma conquista, um grande desafio, pelas particularidades da linguagem da Língua Brasileira de Sinais-Libras. Se propondo problematizar esses desafios, o presente trabalho tem como o objetivo analisar o processo de inclusão do estudante surdo na Universidade Federal do Acre (UFAC-Campus Floresta), contribuindo para entendimento sobre a inclusão dos surdos no Ensino Superior, com suas possibilidades e desafios. De abordagem qualitativa, utilizou-se da entrevista semiestruturada com seis alunos surdos e quatro professores que trabalham nas turmas com alunos surdos dos cursos de Pedagogia e de espanhol da Universidade Federal do Acre/Campus Floresta. Os dados foram analisados com base com aporte teórico de Skliar (1997), Sanchez (1990), Perlin e Quadros (2007), entre outros autores que pautam uma discussão sobre a temática em foco. Os resultados evidenciam a necessidade da implementação de escola bilíngue de surdos, que assegure as condições necessárias ao seu desenvolvimento do estudante universitário com surdez, tais como: a língua de sinais como principal meio de comunicação e ensino; a capacitação dos professores nessa língua e na cultura surda; a proposição de um currículo que contemple as especificidades do aluno e sua cultura, o estudo das línguas utilizando-se o método contrastivo entre os sistemas linguísticos (Libras-Português). Constata-se a necessidade de repensar a inclusão de surdos numa educação bilíngue que respeite sua cultura, identidade e diferença.

Palavras-Chaves: Ensino Superior, Inclusão, Surdez, Libras.

Introdução

A discussão proposta no presente texto visa analisar o processo de inclusão do estudante surdo na Universidade Federal do Acre (UFAC-Campus Floresta), contribuindo para entendimento sobre a inclusão dos surdos no Ensino Superior, com suas possibilidades e desafios. Tal proposição se justifica pela pretensão de colaborar com a educação inclusiva dos surdos, a partir da reflexão sobre a história dos sujeitos e de seus processos de escolarização, além da importância de discutir o papel dos profissionais envolvidos no processo de educação

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

de surdos e sobre como essa educação vem se efetivando na prática, ressaltando o entendimento do quanto é importante respeitar e valorizar a língua e cultura do povo surdo.

A trajetória social das pessoas surdas sempre esteve dialeticamente implicada com a concepção de homem e de cidadania ao longo do tempo. A rigor a história da educação de surdos no Brasil é um pequeno capítulo da longa história em todo o mundo. Sendo que as pessoas surdas, ao longo do caminho, enfrentam descrédito, preconceito, piedade e loucura.

No Brasil, somente em 1857, por iniciativa do imperador Dom Pedro II, veio do Instituto Nacional para Surdos-Mudos da França o padre H Ernest Huet, com objetivo de fundar a primeira escola de surdos na cidade do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. H Ernest Huet era professor surdo que trouxe o método de ensino de L'Épée, a partir do trabalho dele originou-se a Língua de Sinais Brasileira através da combinação da Língua de Sinais Francesa com os sistemas utilizados pelos surdos de várias regiões do Brasil.

Segundo Skliar (1997) existiram dois grandes períodos na história da educação dos surdos:

Um período prévio, que vai desde meados do século XVIII até a primeira metade de século XIX, quando eram comuns as experiências educativas por intermédio da língua de Sinais, e outro posterior, que vai de 1880 até nossos dias, de predomínio absoluto de uma única 'equação' segundo a qual a educação dos surdos se reduz à língua oral.

Essa concepção orientou até pouco tempo as discussões a respeito da educação de surdos, impregnadas de uma visão médico - clinica. Essa postura foi assumida por uma filosofia oralista, que acredita na normalização, preconizando a integração e o convívio dos surdos somente através da língua oral. Com a busca da equivalência ao ouvinte, prioriza-se o ensino da fala como centralidade do trabalho pedagógico, cuja metodologia se pautava no ensino de palavras e tais atitudes respaldavam-se na alegação de que o surdo tem dificuldades de abstração.

Nas últimas décadas temos acompanhados avanços no campo das políticas de inclusão. O Brasil acordou com um sistema educacional inclusivo, afirmado em acordos internacionais, como: Declaração Mundial da Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, em 1990; Declaração de Salamanca, Espanha, em 1994 e a Convenção de Guatemala, 1999; que passaram fortemente a influenciar na formulação de políticas afirmativas que garantissem propostas educacionais que reconhecessem e ofertassem ações públicas à diversidade, de fatos reafirmados na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Desde final de 2003, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passa a propor uma série de programas e ações para implantação de uma política de Educação Inclusiva. Em 2008

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

foi divulgado o documento Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no qual o atendimento educacional especializado é proposto para apoiar o aluno que frequenta o ensino comum, de forma complementar ou suplementar.

No mesmo ano, o decreto 6.571 é aprovado, dispondo sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art. 60, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece em seu art.1º que a União deve prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

No campo do Ensino Superior, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a transversalidade da Educação Especial no ensino superior se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos.

Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunidades, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

Em 2010, o programa nacional de assistência estudantil (PNAES), pelo decreto nº 7.234, teve como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal e, em seu artigo 3º §1º define que como uma das suas ações “[...] o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades superdotação”, sendo que, conforme disposto no §2º, “[...] caberá a instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010).

O decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, contempla ações de apoio técnico e financeiro para a implantação dos núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, prevendo no art. 5, parágrafo 5º, que, os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Essas transformações legais que contribuiram para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no contexto das salas de aula regulares, ao mesmo tempo

que trouxeram respostas para questões e lutas no campo da educação especial, também contribuíram para geração de novas demandas para a escola que de fato deseje incluir.

Assim, é indispensável compreender quais os avanços e desafios da educação inclusiva, especificamente no contexto da surdez para que se possa conhecer a realidade atual desta modalidade de ensino, avaliando seus resultados e impactos até agora obtidos e definir estratégias voltadas para a melhoria constante do processo ensino-aprendizagem dos alunos surdos.

Ao investigar as práticas, questionamentos, inquietações, avanços e desafios dos estudantes e dos professores, o estudo espera contribuir para traçar um panorama demonstrativo do referido tema, contribuindo para o desenvolvimento de práticas voltadas ao seu constante aperfeiçoamento e para uma maior compreensão de professores, pais e alunos de licenciatura quanto à importância deste tema na vida escolar dos alunos.

Assim, o estudo busca contribuir para o desenvolvimento da educação inclusiva de alunos surdos no Ensino Superior à medida que reflete sobre sua dimensão e aponta para as demandas que ainda necessitam ser vencidas, buscando assim uma maior efetividade e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Metodologia

Compreendemos que o processo de educação inclusiva no Ensino Superior pressupõe transformações múltiplas, que vão desde as adaptações de infraestrutura, a formação de professores e até mesmo a uma sólida reforma no projeto político-pedagógico dos cursos, principalmente, no que tange à construção de uma estrutura curricular que possa contemplar princípios reais de uma nova proposta voltada para a diversidade. Nesse sentido, a pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, com o intuito de conhecer as dificuldades e os desafios enfrentados pelos alunos surdos e pelos professores regentes da UFAC, verificando os avanços e desafios na inclusão do surdo no campus Floresta. Os participantes da pesquisa foram seis estudantes surdos e quatro professores regentes dos cursos de Pedagogia e de Espanhol, da Universidade Federal do Acre-UFAC.

Os dados foram analisados com base nas ideias de Skliar (1997), Sanchez (1990), Perlin e Quadros (2007), entre outros autores que pautam uma discussão sobre a temática em foco.

Resultados e discussões

A Inclusão de alunos surdos na UFAC iniciou em 2013. Nesse período dois alunos já concluíram o curso de Pedagogia, e cinco alunos surdos estão cursando, sendo quatro no curso de pedagogia e um no curso de espanhol. A permanência desses estudantes na universidade se deve muito às políticas de permanência no Ensino Superior.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) oferece aos estudantes com deficiência dois Programa de Monitoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação (PROMAED) e o Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação (PROTAED). São programas que auxiliam os alunos pedagogicamente e oferece o Atendimento Educacional Especializado para melhorar a acessibilidade. A PROAES oferece também uma bolsa de auxílio financeiro para os alunos com deficiência chamada de PAED no valor de 400 reais. Além disso, o campus conta com quatro profissionais intérpretes do quadro efetivo.

Reconhecemos que a UFAC tem se empenhado em garantir as condições para que a pessoa surda acesse e permaneça na universidade. No entanto, ainda se coloca como grande e urgente o desafio da aprendizagem. Para os profissionais regentes a maior dificuldade para trabalhar com surdos é o despreparo e o descaso dos governantes por não darem cursos de capacitação aos professores, defendendo que precisam aprender a língua de sinais e cursos de metodologia de segunda língua. Para os professores não basta que seja oferecido apenas curso básico de Libras, e sim cursos de metodologia de segunda língua, principalmente para os professores de Língua Portuguesa, além de curso de confecção de materiais visual específico para o aluno surdo.

Outra dificuldade citada pelos professores está relacionada ao apoio da família nas tarefas escolares, pois o aluno leva atividades para casa, e traz sem fazer, já que a maioria das famílias não sabe Libras, e o aluno surdo fica em desvantagem na ajuda das tarefas escolar. Na escola, os professores contam com ajuda do interprete, em casa a comunicação do surdo com a família, em sua grande maioria é oral, e o aluno não compreende, sendo assim, a maioria não fazem as tarefas.

Os professores também sentem a necessidade de utilizar maior número de materiais práticos que estimule o aluno, não descartando as demais metodologias para uma melhor aprendizagem. Como o surdo é visual, os professores afirmam que utilizam muitas figuras para

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

o melhor entendimento do conteúdo, o português é um pouco difícil porque é a segunda Língua do surdo, sendo para eles uma língua estrangeira.

Os relatos dos professores evidencia que o principal empecilho para a inclusão dos alunos surdos no Ensino Superior é a falta de formação docente. Os professores não se sentem capacitados para atender os alunos surdos. Sendo que, para a grande maioria dos professores, a universidade é o único espaço de convívio social com pessoas surdas.

Compreender o processo cultural dos indivíduos surdos é fator de fundamental importância a todos os professores, a fim de que se reflita sobre a maneira mais adequada de ensinar, visando que a aprendizagem seja significativa para os alunos surdos.

Para o verdadeiro desenvolvimento da inclusão faz-se urgente um novo modo de pensar e fazer educação em sala de aula, uma nova forma de planejar e de avaliar o ensino de forma que o professor saiba das necessidades e dos interesses maiores de seus educando, e que assim, baseados no aperfeiçoamento de qualidade, garantindo uma educação com vista à aprendizagem.

De certa forma a presença desses alunos dentro de sala de aula vai garantir ao professor maior preparo profissional em desempenhar suas tarefas de educador em sala de aula, sendo que sua atenção a esses alunos deve ser dobrada para que não sofram qualquer tipo de discriminação.

Quando as pessoas se veem em uma situação nova e diferente o pensamento é de incapacidade ou até mesmo de desafio. É assim que o professor age em relação à inclusão, sentindo desafiado em educar esses alunos, o mesmo terá que está preparado para o recebimento das mesmas e garanti-las um ambiente de acolhimento e satisfação durante o processo de ensino-aprendizagem.

Quanto aos alunos surdos, a principal dificuldade enfrentada na universidade é imposição da Língua Portuguesa, pois foram inseridos no ensino regular e exigidos que utilizassem, pois é a Língua que as escolas utilizam. A Libras só é oferecida no contra turno do atendimento educacional especializado (AEE) no ensino regular. Para eles os professores não sabem Libras, alguns fizeram o curso, mas não coloca em prática, não usa metodologias visuais em suas aulas, o único recurso que se tem é a presença do interprete. Analisam o relacionamento com a equipe escolar e alunos ouvintes como sendo muito boa, afirmando que muitas vezes compreendemos melhor o conteúdo estudando com os colegas de classe do que com o professor regente.

Fica evidente no relato dos alunos o modelo de inclusão do aluno surdo na universidade, expressando uma das questões mais complexas no processo ensino-aprendizagem e

incompatibilidade do sistema linguístico do surdo com os modelos educacionais que foram criados pensando-se exclusivamente nos alunos ouvintes. A educação de surdos não pode ser planejada sem levar em consideração os dois grupos em que o surdo vai integrar-se e viver, o mundo dos ouvintes e o mundo específico dos surdos.

Para Vygotsky (2012), a aprendizagem é um processo de apropriação que ocorre na relação que ocorre na relação sujeito e meio, e é essa relação que impulsionará ao desenvolvimento humano. Desse modo, a mediação entre o universo cultural tem fundamental contribuição no sucesso ou fracasso do aluno.

Visualizar uma escola plural, em que todos que dela participam tenham a “possibilidade de libertação”, é pensar uma nova estrutura. Para tanto é necessário um currículo que rompa com as barreiras sociais, políticas e econômicas e passe a tratar os sujeitos como cidadãos produtores de uma cultura.

Os estudos mais recentes na área da surdez apontam para a importância da identidade cultural no desenvolvimento da pessoa surda, em que o modelo de Educação Bilíngue, tem possibilidade de garantir o mesmo desenvolvimento psicolinguístico das crianças ouvintes. Para Skliar (1997 b, p.144), o modelo bilíngue propõe, então, dar às crianças surdas as mesmas possibilidades psicolinguísticas que tem o ouvinte. Será só desta maneira que a criança poderá atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender.

Acreditam que a proposta bilíngue pode ser um caminho mais apropriado para educação dos surdos, defensores do bilinguismo, acreditam que possibilitar aos surdos o desenvolvimento da linguagem e ampliar o conhecimento de mundo e facilitar a aquisição da segunda língua o português, por meio da leitura e da escrita.

A partir dos resultados identificados por meio da pesquisa percebemos que a Libras, mais do que a língua oral-auditiva da maioria, exerce papel central no desenvolvimento interacional e cognitivo dos sujeitos surdos na universidade. Por meio dos depoimentos tanto dos surdos quanto dos interpretes, e ainda pelas considerações elencadas de autores renomados no assunto, foi possível entender que o processo de inclusão dos surdos é prejudicado em ambientes em que predomina a língua oroauditiva nos quais não é a Língua de Sinais que medeia a interação entre surdos e ouvintes.

Os depoimentos nos permitiram a compreensão de que muitas dificuldades de aprendizagem sentidas por essas pessoas podem ser explicadas por meio do contexto em que estão inseridas. Em ambientes em que a língua hegemônica é a oroauditiva a participação das pessoas surdas em eventos de comunicação e de recepção de informações é limitada. Esse tipo

de limitação influencia o desenvolvimento cognitivo. Outra influência exercida sobre o processo cognitivo é o período e a maneira da aquisição de língua. Com isso, a quantidade e a qualidade das informações a que o surdo tem acesso estão sempre aquém, em comparação com os ouvintes, e essa restrição os prejudica nas relações sociais, conseqüentemente, na compreensão de mundo.

Mesmo com a regulamentação da lei de Libras, ainda há muito caminho a ser percorrido em Cruzeiro do Sul (e mesmo no Brasil) até que os surdos consigam o direito de ter professores e intérpretes capacitados, que possam garantir-lhes o acesso pleno aos conhecimentos escolares e o direito ao reconhecimento de suas identidades e culturas, tendo efetiva participação nas decisões educacionais e sociais.

Certamente, para os surdos, a oficialização da Libras foi um avanço significativo para o reconhecimento das identidades e cultura surdas, mas as propostas de escolarização ainda se mostram frágeis em potencializar os surdos para a condição bilíngue.

Infelizmente, as necessidades decorrentes de limitações auditivas têm sido o foco, e são vistas como dificuldades de aprendizagem, e os professores geralmente sentem imensa dificuldade em cumprir seu papel educacional para com os alunos surdos, tendo o intérprete de Libras como o único elo de interação. Esta situação sinaliza a necessidade urgente de formação continuada para os professores de surdos cruzeirenses.

Assim, pelos relatos dos surdos foi possível observar as inadequações no processo pedagógico disponível a eles e a dificuldade de comunicação, principalmente entre os alunos e professores. Os relatos indicam como esses fatores geram dificuldades de aprendizagem e comportamentos inadequados, os quais contribuem para dificultar e até mesmo mascarar a efetiva aprendizagem dos alunos surdos.

Verificamos pelos depoimentos que não há critérios justos para a avaliação do aluno surdo, acarretando uma série de dificuldades atribuídas por eles, diante da falta de domínio das habilidades de leitura e escrita da Língua Portuguesa e do uso exclusivo de orientações na modalidade oral dessa língua. A conseqüência, obviamente, é o mau desempenho nas avaliações e a culpabilização da deficiência.

Diante da falta de uma escola bilíngue, os depoimentos mostram que o aluno surdo e o professor ficam expostos a uma situação de incerteza sobre o que é esperado deles no processo ensino-aprendizagem. De acordo com as opiniões dos sujeitos da pesquisa, as condições disponibilizadas na escola não correspondem às reais necessidades de aprendizagem dos estudantes surdos.

A escola bilíngue de surdos, como sugerem os entrevistados, parece representar a única opção de ensino para esses alunos. Na verdade, o fundamental é assegurar as condições necessárias ao seu desenvolvimento, tais como: a língua de sinais como principal meio de comunicação e ensino; a capacitação dos professores nessa língua e na cultura surda; a proposição de um currículo que contemple as especificidades do aluno e sua cultura, o estudo das línguas utilizando-se o método contrastivo entre os sistemas linguísticos (Libras-Português); e a abertura de espaços para a organização da comunidade surda e para as manifestações culturais dessa comunidade.

Conclusão

A pesquisa aponta que, sem desconsiderar os avanços significativos alcançados no campo da educação de pessoas surdas, algumas mudanças educacionais são necessárias para que o sujeito surdo possa ser reconhecido tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral e tenha a oportunidade de desenvolver-se integralmente. É fundamental que a escola e a própria sociedade mudem sua concepção de surdez e passem a valorizar os surdos pelos seus talentos e não por aquilo que lhes falta. Também é importante que as instituições de ensino cumpram com suas funções sociais e políticas de educação e comprometam-se com a formação de cidadãos participativos, responsáveis e críticos, independente das particularidades de cada pessoa.

É preciso avançar com a escola inclusiva, entendendo que essa prática se baseia na aceitação das diferenças individuais, na valorização de cada pessoa e na aprendizagem por meio da cooperação. Portanto, a escola precisa rever seu papel, seu currículo, suas concepções. Isto não deve ser uma imposição, mas sim o resultado da transformação do ensino.

Também é ressaltada a importância de um espaço de educação bilíngue onde a Libras seja valorizada como primeira língua dos surdos, tendo neste espaço a existência de uma prática pedagógica que atenda às reais necessidades dos alunos, por meio de didáticas visuais, pois, respeitar as diferenças linguísticas é um primeiro passo para o desenvolvimento pleno do educando surdo. O ideal seria a implementação de uma escola bilíngue onde professores fossem bilíngues e os alunos se tornassem bilíngues (Libras/Língua Portuguesa), assim, a interação professor-aluno não sofreria com as barreiras da comunicação. Ademais, a falta de compreensão dos nortes educacionais e da importância da cultura surda, faz com que os surdos cheguem ao Ensino Superior como que analfabetos funcionais.

Ao chegar ao final desse trabalho, é possível concluir que os surdos ainda não viram satisfeitos os aspectos que promovem mudanças educacionais significativas para suas vidas, no que se refere à preservação e promoção das identidades culturais da cultura surda, com a paralela formação qualificada de intérpretes de Libras e de professores surdos e professores de surdos.

Apesar de os rumos da educação inclusiva já ter percorrido duas décadas, de propagação e discussões, principalmente atreladas a questão da educação de surdos, a sociedade ainda mantém a visão patológica a respeito da surdez, devido ao processo de imposição cultural ouvintista e pelos universalismos que demarcam discursos opostos às ideias da existência de uma cultura surda, discursos esses, baseados na concepção de cultura universal, monolítica, com definições hegemônicas.

Pensar e promover a inclusão social com vista a inserção dos surdos na universidade e sua permanência no Ensino Superior é um discurso politicamente correto, porém, ao se tratar de processo educacional, parâmetros, diretrizes e estratégias devem ser pautados no reconhecimento e na valorização da diferença. Para que a política inclusiva no Ensino Superior possa superar o fracasso da educação direcionada aos surdos nos níveis anteriores, importantes aspectos devem ser considerados no tocante à construção de um projeto político educacional, especificamente o rompimento com a filosofia educacional de visão patológica sobre a surdez e a viabilização de um ambiente intercultural e linguístico bilíngue (Português e Libras) para a produção do conhecimento, no seio da universidade.

Se ignorarmos esses importantes aspectos supracitados, o processo de ensino-aprendizagem dos discentes surdos, referente a qualquer nível de ensino, estará fadado ao fracasso. Portanto esses aspectos aqui pontuados, dentre outros, devem fundamentar tanto a política educacional de educação especial sob a perspectiva de ensino inclusivo bilíngue e/ou bilíngue bicultural na educação infantil, no Ensino Fundamental e Médio, como também na política de educação universitária, tendo como prioridade alavancar investimentos em recursos humanos, em contratação de profissionais da área e de cursos de capacitação que ofereçam aos educadores conhecimentos mais profundos sobre as especificidades da comunidade surda e da singularidade de cada um que compõe o povo surdo brasileiro, para que o território acadêmico seja de fato um espaço viabilizador de formação e de produção cultural acadêmica.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. Decreto Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, DF, 2005.

CALVET, L. J. **As Políticas Linguísticas**. Tradução: DE OLIVEIRA, Isabel Jonas Tenfen e BAGNO, Marcos. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CARVALHO, P. V. de. **Breve História dos Surdos no Mundo**, Surdo Universo; 2007.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto**: Curso básico: Livro do estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

FERNANDES, S. **Surdez e Linguagem**: é possível o diálogo entre as diferenças? Dissertação do Mestrado, Curitiba: UFPR, 1998. 56

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos-Brasília:MEC/SEESP, 2003.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos-Brasília:MEC/SEESP, 2003.

SACKS, O. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SÁNCHEZ, C. La lengua escrita: esse esquivo de la pedagogia. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. v.2. Porto Alegre: Mediação, 1999. P. 35-45.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngue para surdos. In: SKLIAR, Carlos. (Org.) **Atualidades da educação bilíngue para surdos**: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 1999. V. 1. Porto Alegre: Mediação. p. 7-14

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**, tomo III. Madrid: Pedagógica, 1984/2012.